



Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC

Belo Horizonte, ano 2, n. 3, jan./fev. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Breves comentários à lei da responsabilidade da pessoa jurídica por atos lesivos à Administração Pública
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
- ◆ A nomeação de parente para cargo de secretário configura nepotismo proibido pela Súmula Vinculante nº 13, do e. Supremo Tribunal Federal?
Gina Copola
- ◆ A trajetória do saneamento básico no Brasil – Aspectos históricos, a questão da titularidade e o novo marco regulatório do setor
Raul Teixeira
- ◆ Licenciamento de empreendimentos polos geradores de tráfego – Estudo comparativo de seu tratamento nos municípios
Renato Traldi Dias
- ◆ A (in)compreendida Advocacia Pública Municipal
Reuder Cavalcante Motta
- ◆ Participação, capital social e gestão municipal
Ricardo José Pereira Rodrigues
- ◆ Licenciamento ambiental e sustentabilidade no meio ambiente urbano
Talden Queiroz Farias, Arícia Fernandes Correia

Consultas e Pareceres

- ◆ Direito Tributário – Previsão legal de atualização monetária dos tributos municipais e acessórios pela Unidade Fiscal do Município (UFM), apurada com base na variação anual acumulada do IGPM-FGV – Variação negativa – Obrigatoriedade de atualização para menos, nos termos da legislação do Município
Luciano de Araújo Ferraz
- ◆ Direito Administrativo – Licitação – Venda de material reciclado pela usina de reciclagem do Município – Possibilidade de dispensa de licitação com fundamento no art. 17, II, “e” da Lei nº 8.666/93
Luciano de Araújo Ferraz
- ◆ Direito Administrativo – Esclarecimentos quanto a Parecer – Distinção entre

execução direta e execução indireta dos contratos – Diferenciação entre licitação para obras e serviços de engenharia (execução indireta), e licitação para compras (fornecimento) de materiais de construção para obras executadas diretamente pelo Município – Compras corriqueiras – Necessidade de planejamento e estimativa do valor dos bens a serem adquiridos ao longo do exercício financeiro – Possibilidade de utilização do sistema de registro de preços ou realização de licitações na modalidade pregão

Luciano de Araújo Ferraz

- ◆ Administrativo – Informações solicitadas pela Mesa Diretora da Câmara Municipal ao Prefeito – Ausência de motivação e finalidade – Lei Orgânica Municipal – Regimento Interno da Câmara – Irregularidades na solicitação – Possibilidade de recusa no atendimento

Luciano de Araújo Ferraz

- ◆ Direito Administrativo – Intenção de disciplinar a utilização de ginásio poliesportivo público por particulares – Autorização de uso – Desnecessidade de licitação – Normas respectivas – Veiculação por Decreto (art. 90, XIV, LOM) – Cobrança de valores pelo uso – Natureza jurídica de preço público – Instituição – Necessidade de lei (art. 69, XIV, LOM)

Luciano de Araújo Ferraz

Resenha Legislativa

- ◆ Medida Provisória nº 630, de 24 de dezembro de 2013 – Alterações no Regime Diferenciado de Contratações Públicas

Luciano de Araújo Ferraz, Fabrício Macedo Motta

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (art. 46)

Luciano de Araújo Ferraz, Fabrício Macedo Motta

Resenha Jurisprudencial

- ◆ Autotutela administrativa e princípio do contraditório

Luciano de Araújo Ferraz, Fabrício Macedo Motta

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**

Recurso extraordinário – Repercussão geral – Imunidade tributária – Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos – IPTU – Lote vago – Não incidência – Artigo 150, VI, c, da CF/88 – Bens imóveis temporariamente ociosos

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Município – CEF – Convênio para pavimentação de vias públicas – Inadimplência do ente público junto ao SIAFI – Impossibilidade de repasse de verbas – Hipótese não enquadrada nas exceções da LC nº 101/2000 e Lei nº 10.522/2002

Consultas respondidas pelos Tribunais de Contas

◆ Tribunal de Contas do Estado de Espírito Santo

Consulta – Aplicação de recursos públicos no setor privado – Instituição de caráter filantrópico e sem finalidade lucrativa – Possibilidade condicionada

◆ Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Consulta – Vice-Prefeito – Exercício da função de médico – Contratação do mesmo por meio de processo licitatório ou outra forma legalmente permitida – Contratação por fundação pública ou privada – Contratação por consórcio de municípios que receba recursos públicos proveniente do município em que foi eleito – Contratação por entidade sem fins lucrativos – Realização de plantões médicos

◆ Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Consulta – Nepotismo – Nomeação de parentes do vice-prefeito para cargos públicos – Exercício concomitante do cargo eletivo e cargo efetivo, comissionado ou função temporária – Revisão dos subsídios dos secretários municipais, prefeito e vice-prefeito com menos de um ano da sua última fixação

◆ Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Consulta – Prestação de serviço de transporte escolar – Fornecimento de passagens – Pagamento de ajuda de custo diretamente aos alunos do município – Fornecimento de veículos da frota pública da educação básica para o transporte de estudantes do ensino médio

◆ Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

Consulta – Possibilidade de compensação nos tarifários de água e esgoto – Investimento feito por particular – Aquisição de materiais a serem utilizados na atividade fim da concessionária de serviço público – Dação em pagamento – Impossibilidade – Burla ao procedimento licitatório

Jurisprudência Temática

- ◆ Tema: Improbidade administrativa e agentes públicos municipais